

ACERT

**Associação Cultural e Recreativa de Tondela**

**Estatutos**

**Capítulo I**

**Denominação, sede e fins**

**Artigo primeiro**

A Associação é uma instituição democrática e apartidária, de recreio, cultura e arte, com sede na Rua Dr Ricardo Mota, número catorze em Tondela, e que passa a reger-se pelos presentes estatutos, denominando-se Associação Cultural e Recreativa de Tondela e usando ACERT como sigla.

**Artigo segundo**

A associação tem como objetivos fundamentais a produção, promoção e divulgação de atividades culturais, artísticas, recreativas e desportivas, a formação, a promoção da igualdade de oportunidades, bem como a defesa do ambiente, que possam contribuir para o desenvolvimento regional, assim como para um salutar e benéfico aproveitamento e utilização dos tempos livres, desenvolvendo ainda com carácter efetivo de continuidade, atividades de âmbito nacional, dirigidas a jovens.

**Artigo terceiro**

A ACERT rege-se pelos presentes estatutos e pelo regulamento interno do Novo Ciclo ACERT aprovado em Assembleia Geral no dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e um.

**Capítulo II**

**Sócios**

**Artigo quarto**

São admissíveis sócios sem distinção de nacionalidade ou residência, em número ilimitado, podendo haver apenas três espécies de sócios: sócios efetivos, sócios coletivos e sócios menores.


a)- são sócios efetivos todos os indivíduos, maiores de dezasseis anos, que como tal se inscrevam, e que paguem a jóia e a sua quota.

b)- são sócios coletivos as entidades, grupos ou associações que, através da sua quota, queiram contribuir para a melhoria da associação.

c)- são sócios menores todos os indivíduos, menores de dezasseis anos, que como tal se inscrevam, estando isentos de pagamento de quotas até essa idade.

**único**

Os sócios coletivos não podem votar nem ser votados, não lhes sendo conferidos os direitos e deveres dos sócios efetivos.



**Artigo quinto** \_\_\_\_\_

A admissão de sócios compete à Direção, mediante proposta assinada por um sócio. \_\_\_\_\_

**Artigo sexto** \_\_\_\_\_

**Deveres dos Sócios** \_\_\_\_\_

- a) Sócios efetivos: ao pagamento de uma jóia e de uma quota pecuniária semestral com valores afixados em assembleia geral, pagando-a regularmente. \_\_\_\_\_
- b) Sócios coletivos: ao pagamento de uma jóia e de uma quota pecuniária semestral com valores afixados em assembleia geral, pagando-a regularmente. \_\_\_\_\_
- c) Concorrer para o bom funcionamento da Associação, acompanhando e participando com dedicação e interesse nas suas realizações. \_\_\_\_\_
- d) Observar os Estatutos e Regulamentos, respeitando e aceitando as deliberações dos corpos administrativos. \_\_\_\_\_
- e) Aceitar e exercer graciosamente os cargos para que foram eleitos, salvo nos casos de impedimento devidamente justificados. \_\_\_\_\_
- f) Ter como dever, no caso de opiniões ou críticas ao trabalho das secções das quais fazem parte, enviar à direção as suas opiniões. \_\_\_\_\_

**Artigo sétimo** \_\_\_\_\_

**Direitos dos Sócios** \_\_\_\_\_

Os sócios, logo que paguem a jóia e a primeira quota, têm direito a receber o seu cartão de identificação de sócio e: \_\_\_\_\_

- a) Assistir às reuniões da Assembleia Geral. \_\_\_\_\_
- b) Participar nos Plenários de Sócios. \_\_\_\_\_
- c) Inscrever-se e participar numa ou mais secções. \_\_\_\_\_
- d) Usufruir de todos os benefícios das atividades da Associação. \_\_\_\_\_
- e) Eleger e ser eleitos para os corpos gerentes, desde que sejam sócios efetivos, sem prejuízo de só poderem eleger os sócios efetivos no pleno uso dos seus direitos e só poderem ser eleitos os sócios efetivos maiores de dezoito anos, no pleno uso dos seus direitos. \_\_\_\_\_
- f) Propor novos sócios de harmonia com os Estatutos e disposições regulamentares. \_\_\_\_\_
- g) Pedir aos corpos gerentes todas as informações referentes à vida da Associação. \_\_\_\_\_
- h) Apresentar à Direção quaisquer reclamações ou propostas de interesse para a coletividade, nomeadamente críticas ou sugestões às secções de que não faça parte.
- i) Propor, discutir e votar tudo o que interesse à vida da Associação, em Plenário de Sócios e em Assembleia Geral. \_\_\_\_\_

**Artigo oitavo** \_\_\_\_\_



**Ação disciplinar** \_\_\_\_\_

Incorre em ação disciplinar o sócio que: \_\_\_\_\_

a) Deixar de pagar dois semestres é avisado por escrito, - advertência para regularizar a sua situação, o não faça no prazo de quinze dias. Neste caso, a direção deverá propor à Assembleia Geral de final de mandato a suspensão dos sócios nesta situação. \_\_\_\_\_

b) Cause dano patrimonial à Associação e se recuse à respetiva reparação. \_\_\_\_\_

c) De uma maneira geral deixe de observar as disposições estatutárias ou regulamentares. \_\_\_\_\_

d) Não cumprir as suas obrigações e responsabilidades em quaisquer das secções da Associação, e tal comportamento ser confirmado pela maioria dos elementos dessa secção. \_\_\_\_\_

**Artigo nono** \_\_\_\_\_

As penalidades disciplinares a que ficam sujeitos os sócios são as seguintes: \_\_\_\_\_

a) Advertência. \_\_\_\_\_

b) Suspensão. \_\_\_\_\_

c) Expulsão. \_\_\_\_\_

1 - A aplicação da primeira pena é da competência da Direção; a segunda é da competência da Direção, mas sujeita a ratificação da Assembleia Geral devendo a respetiva proposta, constar da convocatória; a terceira é da exclusiva competência da Assembleia Geral devendo a respetiva proposta, constar da convocatória. \_\_\_\_\_

2 - Quando o sócio for membro de alguma secção, esta deverá ser ouvida. \_\_\_\_\_

3 - Qualquer secção, através dos seus sócios responsáveis, poderá propor à Direção qualquer destas sanções. \_\_\_\_\_

4 - Ninguém poderá sofrer qualquer sanção sem ser ouvido, a não ser que, terminantemente, se recuse a usar dessa faculdade. \_\_\_\_\_

**Artigo décimo** \_\_\_\_\_

**Reaquisição da qualidade de sócio** \_\_\_\_\_


Aquele que tenha perdido a qualidade de sócio poderá readquiri-la se manifestar esse desejo, e a Assembleia Geral o consentir. \_\_\_\_\_

**Capítulo III** \_\_\_\_\_

**Secções** \_\_\_\_\_

**Artigo décimo primeiro** \_\_\_\_\_

As secções são núcleos de associados que, em campos de atividades específicos, visam a concretização dos objetivos gerais propostos estatutariamente. A sua

 constituição está sujeita a aprovação em Direção. Se nesta for impedida a sua constituição, poderão os sócios proponentes recorrer à Assembleia Geral. \_\_\_\_\_

**Artigo décimo segundo** \_\_\_\_\_

1 - Cada secção elegerá um corpo de responsáveis de secção, devendo ser comunicada à Direção a sua constituição. \_\_\_\_\_

2 - As secções definem os seus objetivos próprios e os meios de os alcançar, submetendo-os à aprovação em Direção, não podendo contrariar os Estatutos, o Plano de Atividades e o Orçamento da Direção, aprovados em Assembleia Geral. \_\_\_\_\_

3 - As secções deverão elaborar o seu próprio regulamento interno, dando dele conhecimento à Direção, e que deverá respeitar o estipulado estatutariamente. \_\_\_\_\_

4 - As secções dependem financeiramente da Tesouraria Central. Em qualquer dos casos é obrigatória a apresentação regular de contas à Direção e, da parte desta, a dotação orçamental de uma verba a cada uma das secções. \_\_\_\_\_

**Capitulo IV** \_\_\_\_\_

**Corpos Administrativos** \_\_\_\_\_

**Artigo décimo terceiro** \_\_\_\_\_

A Associação tem como corpos administrativos: \_\_\_\_\_

a) Assembleia Geral \_\_\_\_\_

b) Direção \_\_\_\_\_

c) Conselho Fiscal \_\_\_\_\_

**Artigo décimo quarto** \_\_\_\_\_

Se, por demissão ou faltas sucessivas de um ou mais dos seus membros, se verificar que qualquer dos corpos gerentes não pode funcionar, proceder-se-á a uma Assembleia Geral Extraordinária, para preenchimento dos lugares vagos. \_\_\_\_\_

**Parágrafo único** \_\_\_\_\_

Considera-se que não pode funcionar: \_\_\_\_\_

a) A mesa da Assembleia Geral, quando não estiverem em funções dois dos seus membros; \_\_\_\_\_

b) A Direção, quando não estiverem em funções cinco dos seus membros. \_\_\_\_\_

**Artigo décimo quinto** \_\_\_\_\_

**Assembleia Geral** \_\_\_\_\_

A Assembleia Geral é o órgão máximo da Associação, e é constituída por todos sócios em pleno uso dos seus direitos. \_\_\_\_\_

a) Só podem eleger os sócios efetivos no pleno uso dos seus direitos. \_\_\_\_\_

b) Só podem ser eleitos os sócios efetivos maiores de dezoito anos, no pleno uso dos seus direitos. \_\_\_\_\_

c) Os sócios só poderão exercer o seu direito de voto, (três meses) após a data da sua admissão. \_\_\_\_\_

#### **Artigo décimo sexto** \_\_\_\_\_

#### **Composição da mesa da Assembleia Geral** \_\_\_\_\_

A mesa da Assembleia Geral compõe-se por um Presidente, um primeiro secretário e um segundo secretário. No caso de impedimento do Presidente, o primeiro secretário ou o segundo secretário substituí-lo-ão nas suas funções até terminar a situação de impedimento. \_\_\_\_\_

#### **Artigo décimo sétimo** \_\_\_\_\_

#### **Competências e Deveres do Presidente da Mesa da Assembleia Geral** \_\_\_\_\_

Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral compete: \_\_\_\_\_

a) Convocar e presidir às Assembleias Gerais. \_\_\_\_\_

b) Rubricar os livros de atas, e assinar as atas das sessões. \_\_\_\_\_

c) Mandar elaborar o termo de posse, e assiná-lo conjuntamente com os corpos gerentes. \_\_\_\_\_

#### **Artigo décimo oitavo** \_\_\_\_\_

#### **Competência dos Secretários da Mesa da Assembleia Geral** \_\_\_\_\_

Compete aos Secretários da Mesa da Assembleia Geral dar andamento ao expediente da mesa e redigir, ler e assinar as atas das sessões. \_\_\_\_\_

#### **Artigo décimo nono** \_\_\_\_\_

#### **Realização da Assembleia Geral** \_\_\_\_\_

1- A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral com o mínimo de sete dias de antecedência, por meio de um anúncio público num dos jornais da localidade da sede social, devendo o original de aviso convocatório estar afixado na sede social durante o mesmo tempo, salvo convocatória para a dissolução da ACERT, que deverá ser feita por carta registada a todos os associados. \_\_\_\_\_

2 - A Assembleia não pode funcionar à hora marcada, sem a presença de metade dos seus associados; meia hora depois funcionará com qualquer número. \_\_\_\_\_

3 - A Assembleia Geral reunirá ordinariamente nas seguintes circunstâncias: \_\_\_\_\_

a) De dois em dois anos na primeira semana de Outubro para eleição de Corpos Administrativos. \_\_\_\_\_

b) Anualmente, até ao final do mês de Março de cada ano, para discussão e votação do Relatório de Contas do ano anterior, com o respetivo parecer do Conselho Fiscal. \_\_\_\_\_

4 - Salvo o disposto nos artigos trigésimo sétimo, trigésimo oitavo e trigésimo nono dos Estatutos, as deliberações deverão ser tomadas por maioria simples dos votos dos associados presentes. \_\_\_\_\_

5 - A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente a pedido de qualquer dos seus corpos administrativos para os assuntos da sua competência, ou por dez por cento dos sócios efetivos no pleno uso dos seus direitos, os quais devem entregar documento assinado ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, onde conste a ordem de trabalhos. O Presidente convocá-la-á no prazo máximo de dez dias, a contar da data de receção do pedido. \_\_\_\_\_

6 - Sem prejuízo de a Assembleia não poder funcionar à hora marcada, sem a presença de metade dos seus associados; meia hora depois funcionará com qualquer número, a Assembleia Geral Extraordinária, requerida pelos sócios, só poderá funcionar desde que estejam presentes dois terços dos requerentes. No entanto, se este requisito não for cumprido, a Assembleia decidirá, por maioria simples de votos, a realização ou não da Assembleia, no dia e hora requeridos, com ordem de trabalhos a determinar pela mesma Assembleia. \_\_\_\_\_

#### **Artigo vigésimo** \_\_\_\_\_

##### **Direção** \_\_\_\_\_

A Direção é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um primeiro Secretário, um segundo Secretário, um primeiro Tesoureiro, um segundo Tesoureiro, e um número de Vogais que pode variar entre os três, cinco, sete ou nove. \_\_\_\_\_

##### **Parágrafo Único** \_\_\_\_\_


A Direção só pode deliberar com a maioria dos seus titulares presentes; as deliberações são tomadas por maioria de votos dos presentes. \_\_\_\_\_

##### **Artigo vigésimo primeiro** \_\_\_\_\_

##### **Reuniões da Direção** \_\_\_\_\_

A Direção reúne, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando a maioria dos membros em funções o achar necessário. \_\_\_\_\_

1 - A reunião ordinária é aberta a todos os sócios que nela pretendam participar, com direito a intervenção e voto. As deliberações aí tomadas são vinculativas, quando digam respeito ao Plano de Atividades, projetos de trabalho ou iniciativas de idêntico âmbito das secções, núcleos ou grupos de sócios. \_\_\_\_\_



Sempre que a Direção o entenda, as suas reuniões extraordinárias podem funcionar em moldes semelhantes às reuniões ordinárias, devendo para tal afixar convocatória na Sede Social, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas. \_\_\_\_\_

**Artigo vigésimo segundo** \_\_\_\_\_

**Competências da Direção** \_\_\_\_\_

Compete à Direção: \_\_\_\_\_

- 1 - Promover a realização dos fins da Associação, procurando progressivamente aumentar os seus meios de atuação, materiais e humanos; \_\_\_\_\_
- 2 - Representar e fazer representar a coletividade em quaisquer atos públicos; \_\_\_\_\_
- 3 - Admitir sócios e aplicar as penalidades estatutárias que lhe couberem; \_\_\_\_\_
- 4 - Nomear e admitir comissões auxiliares para a realização de diversos serviços da Associação, as quais terão sempre, como responsável direto, um membro da Direção;
- 5 - Manter os sócios permanentemente informados de todas as iniciativas e decisões importantes; fomentar o associativismo a todos os níveis e promover um clima democrático nas relações com os associados e vice-versa; \_\_\_\_\_
- 6 - Requerer a convocação da Assembleia Geral. \_\_\_\_\_
- 7 - Elaborar e submeter anualmente à discussão e à votação da Assembleia Geral, o Relatório de Contas do exercício que antes sujeitará ao parecer do Conselho Fiscal; \_\_\_\_\_
- 8 - Dar todo o apoio ao seu alcance às secções em funcionamento e promover a execução do Plano Anual de atividades; \_\_\_\_\_
- 9 - Assinar, através de todos os membros em funções, atas das suas próprias reuniões e todos os mais documentos necessários; \_\_\_\_\_
- 10 - Realizar todas as operações administrativas inerentes à atividade da Associação, nomeadamente à movimentação da conta bancária sob a orientação do primeiro Tesoureiro; \_\_\_\_\_
- 11- Gerir os destinos da Associação, mesmo depois do termo do seu mandato, até à Assembleia Geral para a eleição de novos Corpos Administrativos. \_\_\_\_\_

**Artigo vigésimo terceiro** \_\_\_\_\_

**Competência do Presidente da Direção** \_\_\_\_\_

Compete ao Presidente da Direção: \_\_\_\_\_

- a) Dirigir os trabalhos; \_\_\_\_\_
- b) Assinar com o Tesoureiro todos os documentos que envolvam dinheiro; \_\_\_\_\_
- c) Representar a Direção. \_\_\_\_\_

**Artigo vigésimo quarto** \_\_\_\_\_

**Competência do Vice-Presidente** \_\_\_\_\_

Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em todos os atos em que este não possa estar presente. \_\_\_\_\_

**Artigo vigésimo quinto** \_\_\_\_\_

**Competência dos Secretários da Direção** \_\_\_\_\_

Compete aos Secretários da Direção: \_\_\_\_\_

a) Dar andamento ao expediente; \_\_\_\_\_

b) Elaborar as atas das sessões. \_\_\_\_\_

**Artigo vigésimo sexto** \_\_\_\_\_

**Competência dos Tesoureiros da Direção** \_\_\_\_\_

Compete aos Tesoureiros da Direção: \_\_\_\_\_

a) Arrecadar receitas e efetuar pagamentos; \_\_\_\_\_

b) Elaborar um balancete anual do movimento financeiro; \_\_\_\_\_

c) Depositar em Agência Bancária todas as receitas da Associação. \_\_\_\_\_

d) Responder por todos os valores à sua guarda. \_\_\_\_\_

**Artigo vigésimo sétimo** \_\_\_\_\_

**Responsabilidade da Direção** \_\_\_\_\_

A direção é solidariamente responsável pelos seus atos da sua gerência, desde que outra coisa não possa concluir-se dos exames das atas. \_\_\_\_\_

**Artigo vigésimo oitavo** \_\_\_\_\_

**Conselho Fiscal** \_\_\_\_\_

O Conselho Fiscal compõe-se de um Presidente e dois Secretários. \_\_\_\_\_

**Artigo vigésimo nono** \_\_\_\_\_

**Competência do Conselho Fiscal** \_\_\_\_\_

Compete ao Conselho Fiscal: \_\_\_\_\_

a) Auxiliar a Direção, dando parecer sobre qualquer consulta desta e assistir às suas sessões, sempre que isso lhe seja solicitado ou se julgue oportuno, sem direito de voto; \_\_\_\_\_

b) Examinar, no fim do mandato, o resumo das contas e relatórios respectivos, dando o seu parecer, antes de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral; \_\_\_\_\_

c) Fiscalizar a observância das disposições estatutárias e regulamentares por parte da Direção, e promover a convocação da Assembleia Geral, quando o julgar conveniente; \_\_\_\_\_

d) Emitir, por escrito, os pareceres que lhe forem solicitados pela Direção ou Assembleia Geral; \_\_\_\_\_

e) Fiscalizar as atas da Direção, e examinar a escrita com regular periodicidade. \_\_\_\_\_

**Artigo trigésimo** \_\_\_\_\_



*LA*

**Responsabilidade do Conselho Fiscal** \_\_\_\_\_

- 1- O Conselho Fiscal é responsável solidariamente por todas as decisões ou omissões.  
2- O Conselho Fiscal é solidariamente responsável pelos atos da sua gerência, desde que outra coisa não possa concluir-se do exame das atas. \_\_\_\_\_

**Capítulo V** \_\_\_\_\_

**Eleições** \_\_\_\_\_

**Artigo trigésimo primeiro** \_\_\_\_\_

Os corpos gerentes são eleitos por um período de dois anos. \_\_\_\_\_


**Artigo trigésimo segundo** \_\_\_\_\_

**Candidatura** \_\_\_\_\_

- 1 - De um a quinze de setembro, deverão dar entrada, na Mesa da Assembleia Geral, os processos de candidatura das listas concorrentes. \_\_\_\_\_
- 2 - Os processos de candidatura incluirão obrigatoriamente: \_\_\_\_\_
- a) As assinaturas de todos os candidatos, com indicação do cargo e órgão a que se candidatam, podendo o candidato pertencer a mais do que uma lista; \_\_\_\_\_
- b) Programa da lista; \_\_\_\_\_
- c) Incitação do mandatário da lista. \_\_\_\_\_
- 3 - A Mesa da Assembleia Geral deverá comunicar aos mandatários da lista, num prazo máximo de três dias, contando a partir da data de receção das mesmas, eventuais irregularidades do processo de candidatura, devendo os mandatários notificados proceder à regularização do processo num prazo máximo de três dias, contados a partir da notificação. O não cumprimento destes prazos, pelos mandatários, acarretará a rejeição das listas. \_\_\_\_\_
- 4 - Só à Assembleia Geral cabe ratificar ou considerar as decisões que nesta matéria forem tomadas pela respetiva Mesa. \_\_\_\_\_
- 5 - Se até quinze de Setembro não estiver em poder do Presidente da Mesa da Assembleia Geral nenhuma lista, o prazo estipulado no ponto um, alarga-se até trinta minutos antes da hora marcada para a Assembleia Geral Eleitoral. \_\_\_\_\_
- 6 - Se, ainda assim, não houver qualquer candidatura, a Mesa suspenderá a Assembleia Geral durante trinta minutos para a apresentação de candidaturas. \_\_\_\_\_
- 7 - Na ausência de listas será convocada uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar no prazo máximo de quinze dias e que terá como ponto único, da Ordem de Trabalhos, a eleição dos Corpos Administrativos. \_\_\_\_\_

**Artigo trigésimo terceiro** \_\_\_\_\_

**Campanha Eleitoral** \_\_\_\_\_

  
A Campanha Eleitoral, durante a qual as listas aceites a escrutínio beneficiarão da igualdade de oportunidades, decorrerá de dezasseis de Setembro até à data do ato eleitoral que será marcado pela Mesa da Assembleia Geral segundo o estipulado nos estatutos. \_\_\_\_\_

#### **Artigo trigésimo quarto** \_\_\_\_\_

#### **Impugnação das Eleições** \_\_\_\_\_

No prazo de vinte e quatro horas após a eleição, qualquer das listas concorrentes, ou dez por cento dos sócios efetivos, poderão apresentar à Mesa da Assembleia Geral, por escrito, proposta de impugnação das eleições. A Mesa da Assembleia Geral convocará, segundo o artigo décimo nono, uma Assembleia Geral Extraordinária, de cuja convocatória deverá constar a proposta de impugnação. \_\_\_\_\_

Os membros da lista, ou conjunto dos sócios que propõe a impugnação, serão responsáveis perante a impugnação e sujeitar-se-ão às decisões que a Assembleia Geral entender, se as suas razões forem sem fundamento. \_\_\_\_\_

#### **Artigo trigésimo quinto** \_\_\_\_\_

#### **Votação** \_\_\_\_\_

A votação terá lugar em Assembleia Geral, por voto secreto e de acordo com o estipulado no artigo décimo quinto e a contagem será feita depois de concluído o ato. \_\_\_\_\_

#### **Artigo trigésimo sexto** \_\_\_\_\_

#### **Tomada de Posse** \_\_\_\_\_

Durante a semana seguinte à eleição, a Mesa da Assembleia Geral cessante conferirá posse aos Corpos Administrativos eleitos a que se seguirá, de imediato, a primeira reunião ordinária da Direção. \_\_\_\_\_

### **Capítulo VI** \_\_\_\_\_

#### **Disposições Gerais** \_\_\_\_\_


#### **Artigo trigésimo sétimo** \_\_\_\_\_

Os presentes Estatutos só poderão ser alterados em Assembleia Geral convocada expressamente para tal e com voto favorável de, pelo menos, três quartos dos sócios presentes. \_\_\_\_\_

#### **Artigo trigésimo oitavo** \_\_\_\_\_

A alteração do Regulamento Geral Interno do Novo Ciclo ACERT só pode ser feita em Assembleia Geral convocada expressamente para tal e com o voto favorável de, pelo menos, dois terços dos sócios presentes. \_\_\_\_\_

#### **Artigo trigésimo nono** \_\_\_\_\_



A extinção da Associação Cultural e Recreativa de Tondela processa-se nos termos do Código Civil. \_\_\_\_\_

**Único** \_\_\_\_\_

A deliberação da Assembleia Geral para a dissolução da Associação requer o voto favorável de três quartos do número de todos os sócios, e terá de ser convocada expressamentete para tal. \_\_\_\_\_

**Artigo quadragésimo** \_\_\_\_\_

Extinta a Associação, a parte livre dos bens pertencentes à coletividade terá o destino que lhe for destinado em Assembleia Geral. \_\_\_\_\_

**Artigo quadragésimo primeiro** \_\_\_\_\_

Nos casos omissos, vigorarão as disposições da Assembleia Geral ou o Código Civil. \_\_\_\_\_